

FUNÇÃO E GÊNESE DOS GESTORES ECONÔMICOS DO CAPITAL: ENSAIO BASEADO NA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DAS ORGANIZAÇÕES

Elcemir Paço Cunha¹

Thiago Martins Jorge²

RESUMO

O objetivo principal do ensaio é propor que os elementos tangentes à gênese e à função dos gestores econômicos do capital dependem do desenvolvimento histórico das formas do capital e das suas interações no processo global de metamorfose. O argumento do ensaio é que os esforços anteriores efetivados, tanto na economia das organizações quanto em uma abordagem crítica, são, respectivamente, superficiais e confundem a divisão das funções do capital com o desenvolvimento dos gestores como uma nova classe entre capitalistas e trabalhadores. Não se apreende corretamente a natureza e a funcionalidade dos gestores do capital ao se ignorar a relação umbilical entre processo histórico de acumulação do capital e o desdobramento de suas formas. Assim, busca-se no ensaio, a partir das aquisições da crítica da economia política e seu desdobramento como crítica da economia política das organizações, demarcar a gênese e o desenvolvimento das diferentes modalidades de gestores do capital a partir da evolução da própria ordem capitalista na qual tais gestores econômicos surgem como vanguarda entre as personificações do capital.

Palavras-Chave: Formas do capital; Gestores econômicos; Crítica da economia política das organizações.

FUNCIÓN Y GÉNESIS DE LOS GESTORES ECONÓMICOS DEL CAPITAL: UN ENSAYO BASADO EN UNA CRÍTICA DE LA ECONOMÍA POLÍTICA DE LAS ORGANIZACIONES

RESUMEN

El objetivo principal del ensayo es proponer que los elementos tangenciales a la génesis y función de los gestores económicos del capital dependen del desarrollo histórico de las formas de capital y de sus interacciones en el proceso global de metamorfosis. El argumento del ensayo es que los esfuerzos anteriores, tanto en la economía de la organización como en un enfoque crítico, son respectivamente superficiales y confunden la división de funciones del capital con el desarrollo

¹Doutor em Administração pela UFMG. Pós-doutorando em Economia no CEDEPLAR/UFMG. Professor do Departamento de Ciências Administrativas e do Programa de Pós-Graduação em Administração/UFJF.

²Mestre em Administração pela UFJF.

de los directivos como una nueva clase entre capitalistas y trabajadores. La naturaleza y la funcionalidad de los gestores del capital no pueden entenderse correctamente si se ignora la relación umbilical entre el proceso histórico de acumulación de capital y el despliegue de sus formas. Así, el ensayo pretende, de las adquisiciones de la crítica de la economía política y su desdoblamiento como crítica de la economía política de las organizaciones, delimitar la génesis y el desarrollo de las diferentes modalidades de gestores del capital a partir de la evolución del propio orden capitalista en el que dichos gestores económicos surgen como vanguardia entre las personificaciones del capital.

Palabras clave: Formas de capital; Gestores económicos; Crítica de la economía política de las organizaciones.

FUNCTION AND GENESIS OF THE ECONOMIC MANAGERS OF CAPITAL: ESSAY BASED ON A CRITIQUE OF THE POLITICAL ECONOMY OF ORGANIZATIONS

ABSTRACT

The main objective of the essay is to propose that the elements tangent to the genesis and function of the economic managers of capital depend on the historical development of the forms of capital and their interactions in the global process of metamorphosis. The argument of the essay is that the previous efforts made, both in the economics of organizations and in a critical approach, are, respectively, superficial and confuse the division of the functions of capital with the development of managers as a new class between capitalists and workers. The nature and functionality of capital managers are not properly grasped by ignoring the umbilical relationship between the historical process of capital accumulation and the unfolding of its forms. Thus, the essay seeks, from the acquisitions of the critique of political economy and its unfolding as a critique of the political economy of organizations, to demarcate the genesis and development of the different modalities of capital managers based on the evolution of the capitalist order itself, in which such economic managers appear as a vanguard among the personifications of capital.

Keywords: Forms of capital; Economic managers; Critique of the political economy of organizations.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal do presente ensaio é propor que os elementos tangentes à gênese e à função dos gestores econômicos do capital dependem do desenvolvimento histórico das formas do capital e das suas interações no processo global de metamorfose.

As preocupações sociais sobre os “gestores” remontam ao socialismo utópico de Saint-Simon e, as mais científicas, às primeiras décadas do século XX, sobretudo na figura de Veblen (1966/1904) que, diante do crescimento das grandes corporações capitalistas no Estados

Unidos, teorizou sobre a tecnocracia. Por diferentes esforços, abriram-se veredas para o que viria a ser apresentado durante todo aquele século como “doutrina gerencialista”, nos termos empregados por Zeitlin (1989).

O autor sugeriu que consideráveis argumentos dessa teoria tiveram também arranque em má compreensão a respeito dos apontamentos de Marx sobre o desenvolvimento das corporações e do mercado de ações. Ao cabo, a “visão de Marx”, escreveu ele, “opõe-se diretamente à doutrina gerencialista” (ZEITLIN, 1989, p. 47).

Não obstante, a disseminação das considerações a respeito da separação entre propriedade e gestão (RATENAU, 1921; BERLE; MEANS, 1988 [1932]) fez época nas principais economias de então, abrindo uma seara de pesquisa sobre a relação entre principal (acionistas) e agente (executivos) que serve de centro de gravidade para, por exemplo, a teoria da agência que fundamenta em grande medida, entre outros estudos, aqueles sobre a governança corporativa.

Sem a pretensão de esgotar uma análise histórica sobre o assunto, é possível sublinhar que muitas outras abordagens manifestaram inquietações a respeito do desenvolvimento da “administração profissional” e da importância crescente dos gestores de cúpula no destino dos negócios e da sociedade. Os materiais de Burnham (1941) sobre a “revolução gerencial” e, anos antes, de Rizzi (1983 [1939]) a respeito da “burocratização do mundo”, ajudaram a disseminar a teoria de que os gestores nas empresas e no Estado teriam surgido como nova e dominante classe social. As condições econômicas, políticas e ideológicas para o desenvolvimento dessa ideia é assunto para outra oportunidade, inclusive por envolver muitas ramificações. Não obstante, elas convergem aproximadamente no mesmo ponto: sob variadas denominações (burocracia, tecnocracia, gestores, administradores, agentes, estrategistas, decisores, elites etc.), persiste a ideia de que tais gestores constituíram uma nova classe social ao lado de capital e trabalho, tornando-se, na verdade, a classe propriamente dirigente do conjunto da sociedade. Esse é um aspecto do núcleo duro da “doutrina gerencialista”.

As repercussões disso são múltiplas e cortaram todo o século XX e XXI além de envolver diferentes matizes teóricas. À guisa de exemplo, são notórias as posições Gurvitch (1949) na França do final dos anos de 1940 e de Galbraith (1983 [1967]) nos anos de 1960 nos Estados Unidos, consolidando as suas ideias desenvolvidas pelo menos desde o início da década anterior, a respeito da tecnocracia. Os anos de 1970 testemunharam uma considerável retomada do tema, como Bahro (1980 [1978]) na Alemanha, Chandler (1977) nos Estados Unidos, e Martins (1972; 1973), Tragtenberg (1974) e Bresser-Pereira (1977) no Brasil. Particularmente no Brasil, o tema teve relativa difusão nos anos subsequentes, em especial mais aproximada da grande área da administração, no exemplo de Bernardo (1985), Grun (1990) e Motta (2001).

Com considerável audiência mundial em anos mais recentes, o tema dos “supergestores” e suas remunerações tiveram lugar de destaque em Piketty (2014) para o tratamento da desigualdade das rendas. Tais gestores desempenhariam, supostamente como classe, o papel de verdadeiro fiel da balança nos rumos econômico-políticos em Duménil e Lévy (2014; 2018) (ver também VASUDEVAN, 2018). Ainda na literatura internacional mais atualizada, o tema aparece sob diferentes rubricas e referenciais (e.g. KAYA; MARTIN, 2016, MEES-BUSS; WELCH, 2019; DE GRAAFF, 2020; MACH; DAVID; GINALSKI; BÜHLMANN, 2021) para a investigação da assim chamada “elite corporativa” e variantes terminológicas.

Essa propositura geral foi alvo de criticismo internacional de diferentes matizes, como nos grandes exemplos de Mason (1958), Wright Mills (1965; 1969), Baran e Sweezy (1966), Sweezy (1972), Crompton e Gubbay (1977), Mandel (1982), Mészáros (2002) e Kliman (2011). Embora no Brasil tenha ocorrido nos anos de 1980 reações críticas de variados tipos a essas proposituras (cf. BELLUZZO; MELLO, 1978, HIRATA, 1980, GIANNOTTI, 1981), o debate na administração e nos estudos organizacionais mais diretamente, principalmente quando se enaltece o caráter crítico da elaboração nacional (especialmente Motta e Tragtenberg), aos poucos deixou de considerar mais seriamente essas ideias.

Não obstante, o tema nunca deixou de frequentar as principais teorias da economia das organizações, como a teoria dos custos de transação, a teoria da escolha racional e a da

racionalidade limitada, além da teoria da gestão estratégica e a já mencionada teoria da agência, para citar algumas entre as mais visitadas. A razão disso é o lugar que ocupa o “gestor maximizador de lucro” (BARNEY; HESTERLY, 1996, p. 115) para esse campo de estudos. Apesar disso, a economia das organizações tende, com exceções – como a teoria da dependência de recursos em seus primórdios (PFEFFER, 1982) –, a ignorar o debate sobre o caráter de classe dos gestores como também ignora, de resto, o problema das classes sociais em geral.

Tem ressurgido na área de estudos organizacionais no Brasil, no entanto, as preocupações críticas tangentes ao tema (PAÇO CUNHA, 2016; JUSTEN et al., 2017; CASTRO, 2018; JORGE, 2019). A potência que as posições mais estratégicas das grandes corporações têm em afetar a dinâmica econômica (JORGE, 2020) e a direção política de países (MARQUETTI et al., 2020) continua à mostra inclusive no Brasil. As preocupações internacionais compartilhadas pela grande imprensa e pelos reguladores políticos a respeito da potência das chamadas *Big Techs* também ajudam a manter a atenção sobre o tema de seus gestores mais ativos.

Por essas razões estruturais e contingentes o debate a respeito dos gestores permanece candente. É possível contribuir com o escrutínio da “doutrina gerencialista” ou simplesmente teoria dos gestores ao trazer à baila a gênese e elementos de funcionalidade dos gestores econômicos do capital. E pretendemos realizar isso por meio da crítica da economia política desdobrada como “crítica da economia política das organizações” (GUEDES; PAÇO CUNHA, 2021, p. 20; cf. PAÇO CUNHA, 2017) que possibilita, a um só tempo, ir além da descrição superficial que se consagrou em torno da separação entre propriedade e gestão (que marca, em geral, a economia das organizações) e enfrentar criticamente a longa teoria dos gestores como classe social distinta de capital e trabalho sem, contudo, minorar o peso que tais posições estratégicas desempenham na realidade. Assim, a contribuição fundamental do ensaio está em ultrapassar as considerações descritivas de superfície e corrigir os desvios nos fundamentos de análise dessas posições-chave na dinâmica do sistema.

Nosso argumento principal sustenta que o desenvolvimento e as funções dos gestores econômicos se explicam por meio da lógica do capital que personificam mais diretamente. Em outras palavras, a gênese e a função dos gestores têm por pressuposto a existência e diferenciação das formas do capital. A compreensão das formas do capital e suas peculiaridades, assim, joga luz sobre a gênese e a funcionalidade dos seus gestores. Isso permite delimitar tais gestores econômicos não como uma classe social à parte entre capital e trabalho, mas como personificações do capital que desempenham papéis de vanguarda dessa classe. Assim, para apreender a natureza e os elementos de funcionalidade dos gestores econômicos do capital é necessário levar em conta o processo histórico de acumulação do capital e a dinâmica do desdobramento de suas formas.

Desenvolveremos o argumento do ensaio nas próximas duas seções. Na primeira discutiremos os elementos de funcionalidade dos gestores do capital à luz da categoria econômica que personificam, como essa categoria é heterogênea e como reflete a divisão social das tarefas associadas às posições do processo global de metamorfose do capital. Na segunda, analisaremos a gênese histórico-concreta dos gestores econômicos, ajudando a colocar em primeiro plano a natureza das posições que tais gestores ocupam. Isso permite uma delimitação mais precisa dos gestores do capital no interior na classe do capital, não obstante a posição de vanguarda que assumem. No final, teceremos considerações finais do ensaio.

2 GESTORES DO CAPITAL: ELEMENTOS DE FUNCIONALIDADE DA CATEGORIA ECONÔMICA

Para tratar da gênese e da decorrente delimitação dos gestores do capital como visto adiante, é necessário, antes, considerar a ligação entre tais gestores e as categorias econômicas. Isso autoriza a evidenciação dos elementos gerais de funcionalidade dos gestores do capital para, em seguida, tratar da sua origem histórico-concreta como elemento explicativo fundamental.

Nessa direção, quando falamos em capital e força de trabalho como categorias econômicas ou classes essenciais é preciso levar em conta dois aspectos. O primeiro é que o reconhecimento das classes fundamentais a partir da economia não elimina a existência de

camadas sociais importantes (a exemplo da complexa e diversificada burocracia do Estado). Tais camadas são relevantes também para a dinâmica econômica, mas não constituem classes econômicas essenciais (DRAPER, 2011). O Segundo é considerar as suas personificações portadoras de interesses e as funções que desempenham. Para se enfrentar o assunto, não estão em jogo – para frisar, neste aspecto específico da questão – as muitas formas de variação das singularidades humanas ou colorações morais das suas escolhas. Como colocou Marx (2013, p. 80), “só se trata de pessoas na medida em que elas constituem a personificação de categorias econômicas, as portadoras de determinadas relações e interesses de classes”.

É preciso distinguir, portanto, as singularidades humanas das classes econômicas fundamentais no interior das quais os indivíduos atuam como agentes econômicos (PAÇO CUNHA, 2018a). No interior de tais categorias há limites contingencialmente voláteis. Há também, no entanto, aspectos objetivos dessas categorias que estabelecem as condições necessárias de sua própria reprodução. Tais categorias não existem no vácuo, mas na dinâmica efetiva do modo de produção dado. É no interior dessas categorias que se experimenta a força da “coerção muda exercida pelas relações econômicas” (MARX, 2013, p. 808).

De tal maneira, na vida diária os indivíduos concretos “precisam dar resposta a essa compulsão [econômica] e, por isso, são impelidos à competição por posições sociais e recursos, venalidade da força de trabalho e apropriação de capitais, entesouramento, propina, rapina sem disfarce etc., através dos mais variados meios” (PAÇO CUNHA, 2018a, p. 27). O modo como essa compulsão se efetiva e como são dadas as respostas é assunto mais longo e envolve as tendências e contratendências (cf. PAÇO CUNHA, 2018a). Aqui estamos enfatizando apenas e tão somente um aspecto que auxilia no entendimento dos gestores como personificações do capital.

Assim, temos que destacar o próprio capital como categoria econômica tendo em vista nossos presentes objetivos, jogando luz sobre os gestores como personificações especiais. Neste sentido, caso o capitalista ou seus representantes não atuem na direção de expansão do capital, deixam de ser, com tempos variados, capitalistas ou seus representantes. Essa expansão tem sua melhor expressão na caçada aos lucros que anima a dinâmica econômica do

presente modo de produção. Independente das variadas elaborações subjetivas, é função objetiva das personificações do capital efetivar a maior extração possível do mais-valor (como fundamento dos lucros)³ e de realizar sua circulação e apropriação na batalha intercapitalista que divide, sempre contingentemente, tais interesses. Se essas funções mais específicas de extração, circulação e apropriação são desempenhadas por capitalistas individuais, coletivos ou por seus representantes, é uma questão que não altera as determinações materiais da categoria econômica em questão.

Assim, vemos que o capital, na qualidade de categoria econômica, é heterogêneo e não uma massa uniforme sem contradições ou fissuras. É composto por formas diferenciadas e expressa uma verdadeira divisão do trabalho de produção, circulação e apropriação da riqueza social. Seu processo global de metamorfose expressa a transformação e articulação de suas formas principais das quais tratou Marx (2013; 2014; 2017) a despeito das polêmicas posteriores, sobretudo no que se refere à terminologia para expressar o movimento monetário-financeiro (HILDERDING, 1985/1910; CHESNAIS, 2016).

Para simplificar a exposição, consideramos três formas do capital: financeiro, produtivo e comercial. Nessa simplificação, adotamos a terminologia “capital produtivo” para designar a produção de mercadorias, logo, de mais-valor, em indústrias e serviços determinados. Guardamos a terminologia “capital comercial” exclusivamente para expressar a circulação das mercadorias ou realização do valor, e, por sua vez, “capital financeiro” para designar o aspecto monetário envolvido no capital portador de juros (que flui para a produção) e no capital fictício (especulação). O Quadro 1 apresenta uma síntese dessa divisão e as tarefas fundamentais (mas não exclusivas) com as quais se engajam diferentes gestores do capital considerando as formas e as etapas globais do processo de metamorfose do capital.

Quadro 1: Gestores econômicos do capital e suas funcionalidades

³A expressão mais-valor designa a riqueza adicional que é gerada nas atividades produtivas. Ao se produzir novas mercadorias, não só é conservada a quantidade de riqueza (valor) já cristalizada nas mercadorias empregadas no processo produtivo (matérias-primas, materiais auxiliares, fontes de energia, maquinaria e, também, a força de trabalho), mas também se produz uma riqueza adicional (mais-valor). O somatório do mais-valor gerado por todas as atividades produtivas corresponde à massa de lucros a ser repartida pelas diversas frações do capital coletivo.

Gestores econômicos das formas específicas do capital	Etapa principal do processo global de metamorfoses do capital	Funcionalidade central dos gestores do capital
Gestores do capital financeiro	Transformação do dinheiro em capital	Encarregados pelas decisões estratégicas ligadas à transformação do dinheiro em mais dinheiro, por meio da canalização de recursos aos capitais produtivos (capital portador de juros), aquisições e especulação financeira (capital fictício). Impulsiona a geração de mais-valor ao ampliar a quantidade de capital investido no processo produtivo.
Gestores do capital produtivo	Transformação do capital em mercadoria	Invertem os recursos na compra de matérias primas, maquinário e força de trabalho que serão utilizados para a produção de mercadorias físicas ou serviços. É nesta fase em que há a geração do mais-valor, ainda que em uma condição de mera potência.
Gestores do capital comercial	Transformação da mercadoria em dinheiro	Encarregados pela condução dos empreendimentos ligados à transformação das mercadorias em dinheiro, isto é, conduzem não apenas as empresas de distribuição, mas também empresas de comunicação e marketing. É, o momento de realização do mais-valor. E, assim, ao acelerar o seu ciclo de realização, disponibiliza-se potencialmente mais capital para a geração de um novo mais-valor.

Fonte: elaborado pelos autores.

A dinâmica capitalista é composta, portanto, por três movimentos fundamentais, conforme Quadro 1, caracterizando as formas do capital e suas metamorfoses: 1) a transformação do dinheiro em capital; 2) a transformação do capital em mercadoria; 3) a transformação da mercadoria em dinheiro.

Os gestores econômicos, como personificações da lógica do capital, são os indivíduos, grupos e redes articuladas que tomam as decisões estratégicas nesse processo uma vez circunscritos à categoria econômica em tela. Assim, a apreensão da funcionalidade dos gestores econômicos do capital tem por condição observar necessariamente os três movimentos fundamentais. Nessa direção, podemos subdividir os gestores de acordo com as formas do capital para efeito de análise, conforme o Quadro 1: 1) os *gestores do capital financeiro*; 2) os *gestores do capital produtivo*; 3) os *gestores do capital comercial*. Essa divisão do trabalho incorre em certas tarefas mais ou menos especializadas que caracterizam as funcionalidades correspondentes às formas do capital.

É importante demarcar que o elemento distintivo do modo de produção capitalista, em relação aos demais modos de produção do passado, é a produção generalizada de mercadorias e, portanto, de mais-valor. Assim, a produção de mercadorias é o momento preponderante na sua dinâmica, pois é nesse momento em que ocorre a produção de mais-riqueza (mais-valor) cuja repartição se desenrola na batalha intercapitalista. Essa nova riqueza é apropriada pelas diversas frações do capital de diferentes maneiras. Os obstáculos (como as crises) existentes à produção de mercadorias (e, conseqüentemente, à produção do valor) afetam, portanto, as condições de possibilidade de ação dos gestores do capital financeiro e comercial. Do mesmo modo, os obstáculos impostos à circulação monetária ou de mercadorias afetam as possibilidades de realização do mais-valor, o que, por sua vez, interfere com a produção de novas mercadorias. Em suma, o processo precisa ser considerado como algo global marcado pelos movimentos de metamorfoses do capital por meio de diferentes momentos nos quais atuam uma variedade de gestores econômicos.

Não podemos perder de vista que estamos tratando de agentes que, como tais, não atuam instintivamente ou automaticamente, mas sim teleologicamente. Esse reconhecimento permitiu a muitas abordagens enfatizar o caráter maximizador da utilidade marginal, a racionalidade limitada dos agentes bem como os aspectos mais institucionais que afetam as suas escolhas (SIMON, 1955).

Nos importa mais o elemento fundamental que tais abordagens não alcançam. Primeiro, reconhecer o caráter teleológico implica dizer que a ação dos agentes é precedida por dois momentos subjetivos basilares: 1) o estabelecimento das finalidades (pôr dos fins) e 2) a investigação dos meios (cf. PAÇO CUNHA, 2018b). Segundo, e mais fundamentalmente, tais momentos decorrem de uma objetividade social existente, dada, e que possui lógica histórico-imanente, isto é, elementos e relações que independem da subjetividade dos agentes. Como homens práticos, a ação dos gestores do capital é orientada para a obtenção da maior lucratividade possível (ZEITELIN, 1989), finalidade esta que surge como tradução subjetiva dos imperativos objetivos do capital (MÉSZÁROS, 2002). É a prática social que verte objetividade em subjetividade e vice-versa (CHASIN, 2009). A atuação prática, social e coletiva (envolvendo processos educacionais e políticos) sobre a objetividade social do capital produz uma

subjetivação mais ou menos correspondente que, por sua vez, ativa a investigação de meios para se realizar aquela finalidade, modificando a objetividade com eficácia variada.

Vemos que esse processo não acontece sem dificuldades. Lidar com a funcionalidade dos gestores passa, necessariamente, por considerar os fatores que afetam as escolhas, as incertezas que envolvem sua atuação e o baixo grau de controlabilidade sobre os efeitos dessa ação e sobre o sistema em geral. Muitas linhas investigativas têm lugar nessas questões, como as citadas acima. O fundamental, entretanto, é reter que a lógica do capital fornece parâmetros mais ou menos delimitados que orientam (mas não fixam mecanicamente) a evocação de alternativas, escolhas e ações, e que tais parâmetros se efetivam pela própria prática rotineira desses agentes. Como sugeriu Mészáros (2002, p. 125), as “determinações e os imperativos objetivos do capital sempre devem prevalecer contra os desejos subjetivos – para não mencionar as possíveis reservas críticas – do *pessoal* controlador que é chamado a traduzir esses imperativos em diretrizes práticas”.

Assim, podemos delimitar um conjunto de ações que estão no horizonte das diferentes especializações dos gestores econômicos. Podemos igualmente indicar como muitas das ações que, à primeira vista, parecem inexplicáveis, disfuncionais ou romper com o circuito descrito anteriormente, seguem na realidade coerentemente os parâmetros gerais postos pela lógica do capital ainda que os resultados estejam à mercê de inúmeros outros fatores, como os limites objetivos de controlabilidade do sistema a partir do campo de ação dos capitais particulares, a conjuntura das correlações de forças políticas e o acaso.

Não obstante, o caráter heterogêneo que se assume pela divisão no interior da categoria econômica sob análise implica, como aludido, a batalha intercapitalista. Entretanto, não é possível deixar de reconhecer a existência de um interesse geral do capital, ainda que não corresponda, automaticamente, a um consenso no interior dessa classe (ENGELS, 2015). Na verdade, o interesse geral frequentemente prevalece à revelia de interesses particulares de formas do capital e suas subdivisões. Esse quadro autoriza a falar na ocorrência, simultânea, tanto de complementariedades quanto de contradições entre as formas do capital e, portanto,

também de seus gestores situados em diferentes posições no processo global de sua metamorfose.

É possível considerar que o processo global de transformação do capital e de atuação dos gestores em seus diferentes momentos se revela como um equilíbrio desequilibrado de forças. As resultantes, portanto, não espelham necessariamente os interesses mobilizados. Ao contrário, perseguindo seus próprios interesses simultaneamente particulares e gerais podem produzir resultados inesperados e contraditórios.

Com efeito, enquanto os gestores do capital produtivo buscam a redução dos custos de produção e a elevação da produtividade do trabalho, e os gestores do capital financeiro se orientam pela redução dos gastos com operações financeiras, seguros, serviços bancários e especulações das mais variadas, por sua vez os gestores do capital comercial atuam para reduzir custos e ampliar a eficácia com transporte, armazenagem, vendas e campanhas publicitárias. Apesar dessa dinâmica de complementaridade demarcar as funções desempenhadas pelas três grandes modalidades de capital, podemos ver também como suas determinantes particulares, aliadas a um cenário econômico menos favorável, frequentemente lançam-nas numa dinâmica conflituosa. Enquanto os gestores do capital financeiro podem, por exemplo, concentrar elevado poder de barganha e, com isso, encarecer a oferta de crédito; os gestores do capital comercial podem, por sua vez, esmagar o lucro de empreendimentos que atraíam menor atenção do consumidor final (por exemplo, a relação entre uma grande rede de varejo e uma indústria produtora de guardanapos). Curiosamente, uma das possíveis respostas dos gestores do capital produtivo é ampliar gastos improdutivos, invertendo maiores recursos em atividades de marketing ou constituindo suas próprias instituições financeiras ou redes de distribuição.

Tais embates podem, inclusive, ganhar vida entre capitais de mesma funcionalidade, ainda que não sejam competidores diretos. Poderíamos citar, por exemplo, o avanço das frações mais tecnológicas do capital sobre importantes mercados hegemonicamente explorados pelas frações mais tradicionais. Assim, empresas petrolíferas passam a sofrer concorrência de desenvolvedores de painéis solares; ou mineradoras que podem, em um futuro

já entrevisto, depararem-se com movimentos de mineração espacial conduzida por potentados ligados às *Big Techs*.

Entretanto, essa configuração geral não explicita por si mesma a gênese desses gestores e a sua delimitação histórica. A consideração integral depende, portanto, da análise desse processo fundamental de origem que termina por delimitar os gestores econômicos como elementos distinguíveis no interior da classe do capital e não fora dela.

3 GÊNESE E DELIMITAÇÃO DOS GESTORES ECONÔMICOS DO CAPITAL

3.1 Gênese histórico-concreta

As condições históricas do desempenho das funcionalidades acima retratadas alteram-se imensamente. Tais condições podem ser mais ou menos propícias, mais ou menos complexas. O processo de produção e circulação na economia capitalista tornou-se, ao longo dos séculos XIX e XX, cada vez mais intrincado e global. O capital se acumulou na forma das grandes corporações e, por decorrência, a direção dos negócios se complexificou *pari passu*. Assim, conforme cresceram as corporações, problemas de coordenação requereram cada vez mais a atenção dedicada (CHANDLER, 1977; MAHONEY, 2005).

As dificuldades de coordenação não se limitaram às empresas produtivas isoladamente, mas envolveram cada vez mais unidades fabris articuladas por engenharias financeiras. Formam-se os *trusts*, a grande empresa multidivisional com operações em vários países, exportando mercadorias e realizando investimentos produtivos além de suas fronteiras nacionais.

Esses fatores em conjunto tornaram, gradativamente, a gestão individual do grande capital uma tarefa impossível.

Devemos, no entanto, evitar a paragem nesse nível descritivo da realidade em que se captura empiricamente o crescimento quantitativo e qualitativo como limite analítico. Frequentemente, é aqui que estacionam as correntes antes aludidas, sobretudo a teoria da

agência e a dos custos de transação, ao identificarem nessas condições a separação entre administração e a propriedade. Indo além desse nível superficial, encontramos o processo de acumulação do capital e suas formas no interior do qual as categorias econômicas ganham ambiência e as individualidades humanas experimentam a compulsão econômica. Trata-se de revelar, pois, um desenvolvimento histórico intricado, com inúmeros desdobramentos simultâneos importantes. Há, nesse sentido, uma anterioridade decisiva para a gênese dos gestores do capital, qual seja, o próprio desenvolvimento prévio do capital e de suas formas em um certo estágio.

Em termos sintéticos, nos concentramos a seguir nos apontamentos de Marx (1980-1985; 2017) que são úteis a este fim. Estamos aqui admitindo a simplificação terminológica anterior (capital produtivo, comercial e financeiro) para efeito de exposição no presente artigo.

De partida, é importante registrar que as formas mais arcaicas do capital, as formas *mercantil* e *usurária*, são anteriores ao desenvolvimento do capital produtivo. Tais formas anteriores, na verdade, formaram pressupostos históricos do desenvolvimento do capital produtivo e do próprio modo de produção capitalista. São formas que se acumularam em diferentes pontos das sociedades provenientes das trocas mercantis (capital mercantil) e dos empréstimos a juros (capital usurário). Uma vez liberados dos entraves da feudalidade, puderam ser convertidos em investimentos para as fabriquetas então incipientes, alimentando, desta forma, o desenvolvimento do capital produtivo. Temos, então, três formas: mercantil, usurária e produtiva.

Essas formas passam por importantes transformações. Com o desenvolvimento do capital produtivo e da produção de mercadorias, essas formas arcaicas passaram a ser subordinadas ao desenvolvimento de um novo modo de produção: a produção de mercadorias.

O capital mercantil, acumulado pela obtenção das vantagens provenientes dos diferenciais de preços entre regiões, passou a se efetivar como estágio da circulação das mercadorias nos diferentes canais de distribuição, além de, com o passar do tempo, desenvolver outros canais, encurtando cada vez mais os caminhos do comércio mundial. O que

era capital mercantil, como pressuposto do desenvolvimento do capital produtivo, converte-se agora em produto de uma nova dinâmica econômica enquanto *capital comercial*. Assim, o capital comercial se desenvolve em reciprocidades com as demais formas, mas seu lugar e função só podem ser apreendidos no ciclo total da produção e reprodução do capital global (como indicado antes no Quadro 1).

Por sua vez, o capital usurário desenvolveu-se cada vez mais como disponibilidades monetárias. Na forma do crédito, centraliza e canaliza massas de dinheiro que, de outra forma, estariam dispersos e não direcionados. Formam-se os bancos, como dinamizadores de financiamentos, e com eles a *bancocracia*, negociando títulos públicos e, em seguida, papéis das sociedades anônimas que se formavam no século XIX. É o desenho inicial do mercado de ações e de todo o desenvolvimento posterior do que podemos chamar simplificada de *capital financeiro*. Aquilo que apareceu primeiro como pressuposto histórico (capital usurário), ressurgiu agora como (capital financeiro) resultante do processo de desenvolvimento do capital produtivo que remunera os juros dos empréstimos e negocia papéis assentados em expectativas futuras de dividendos, além das complexas arquiteturas das corporações e do exercício especulativo nos mercados financeiros.

Essas formas estão em reciprocidades complexas e possuem uma posição específica no processo de produção e reprodução do capital, conforme sinalizado na seção anterior.

Podemos dizer que os capitais comercial e financeiro são resultados ativos, pois continuam produzindo efeitos sobre o capital produtivo. Este está circunscrito à produção das mercadorias e, portanto, à geração do mais-valor. O capital comercial circula as mercadorias produzidas e se apropria de uma alíquota do mais-valor gerado na produção, pois ele mesmo não cria valor adicional. Da mesma forma, o capital financeiro se apropria de parte do mais-valor pelos juros que incide sobre o capital, mas também sobre as rendas sem, igualmente, gerar novos valores no processo.

Por isso se diz que, embora apenas na produção se gera mais-valor, todas as formas se apropriam de alíquotas por meio das formas de lucro que obtêm no exercício de certas funções

no processo global. O lucro produtivo advém da própria produção do mais-valor, mas também depende da realização das mercadorias nas vendas. Isto é, o lucro produtivo depende da compra e da venda das mercadorias, mas também da disponibilidade de crédito que lubrifica os processos de compra e venda. Já o capital financeiro extrai lucros das operações bancárias de empréstimos, mas desenvolve-se ainda mais fortemente com o mercado de ações em que operam papéis cujo comércio é feito à base da negociação de juros (capital portador de juros). Incorre aí a possibilidade de uma não correspondência direta entre esse comércio de dinheiro e os lucros reais aos quais se referem, possibilitando formas bastante irracionais do capital (fictício), como derivativos e outras inovações financeiras, cujo único objetivo é se apropriar de parte do mais-valor por meio de processos de natureza especulativa.

É importante não se esquecer as conversões entre as formas. O capital produtivo, por exemplo, na forma monetária, pode ser lançado na aventura especulativa na caçada aos lucros, refletindo na ampliação do patrimônio financeiro dos setores corporativos não financeiros (SOARES, 2017; GUEDES; PAÇO CUNHA, 2021). Os lucros comerciais de uma grande empresa especializada em comércio podem ser revertidos em investimentos produtivos, como tem ocorrido à exemplo da Amazon. Existem muitos exemplos que demonstram que a especialização das formas do capital, portanto, não elimina as imbricações e conversões entre elas.

Com o desenvolvimento dessas formas (sem falar dos seus pontos de contato), demandam-se cada vez mais gestores do capital que possam garantir a execução das funções especializadas de produção/extração e realização/apropriação de parcelas do mais-valor criado diariamente na produção. Os gestores do capital, como agentes, não “estão simplesmente aí”, como parecem supor as principais teorias da economia das organizações. Os gestores econômicos têm condições objetivas no próprio movimento do capital e de suas formas particulares. Assim, o desenvolvimento dessas formas do capital constitui o pressuposto explicativo para tais gestores e, com isso em mente, temos melhores condições de evitar as já aludidas insuficiências das correntes que se debruçaram sobre a questão. Precisamos, agora, transitar da gênese para a delimitação mais precisa da categoria apreendida da realidade.

3.2 Delimitação como fração de vanguarda dos proprietários

Gestores do capital não é um conceito geral para abarcar todas as funções de direção passíveis de identificação, como supervisores, gerentes, diretores etc., necessários na dinâmica do modo de produção capitalista (JUSTEN; GURGEL; FERRAZ; PAÇO CUNHA, 2017; PAÇO CUNHA, 2016). Há, inclusive, discussão mais dedicada sobre essa via de desenvolvimento que remodela o *trabalhador coletivo* (administradores, engenheiros, operários, incluindo as posições de escritório) e amplifica sua heterogeneidade por decorrência da acumulação do capital e da complexificação das tarefas envolvidas (PAÇO CUNHA; JORGE, 2018; MARIZ, 2022).

Precisamos, outrossim, nos concentrar na via de desenvolvimento que se dá por meio da reconfiguração do *capitalista coletivo* (ENGELS, 2015). Aqui também está demarcado o crescimento da acumulação de capital e da maturação do sistema de sociedades anônimas, do crédito, do mercado de capitais e do mercado mundial (em que se incluem os meios de transporte e comunicação). Trata-se de uma repartição das tarefas mais altas que antes ficavam inteiramente sob tutela dos capitalistas individuais produtivos, financeiros e comerciais. Parte das funções podem continuar sendo exercidas pelos proprietários diretos do capital, mas outras podem ser realocadas. O mercado de ações desenvolvido permite com que surjam personificações do capital que não se identificam diretamente como proprietário típico dos meios de produção, embora percebam altas remunerações e alta participação acionária.

Esses novos diretores estão ligados à trustificação e à bancocracia que a acompanha já no século XX e a separação entre propriedade e controle é apenas uma expressão superficial do processo ao fundo. Ao contrário do que sustentam Berle e Means (1988) e assemelhados, a novidade histórica não é o controle cindido da propriedade (coisa já relativamente à mostra na década de 1860 pela contratação de gestores profissionais), mas um tipo novo de proprietário que também controla. Como fração do capitalista coletivo, a despossessão direta de meios de produção permite uma dinâmica diferenciada, uma circulação dos gestores na direção de diferentes empresas, sua circulação entre diferentes conselhos administrativos, entre os

diferentes setores econômicos e sua rotação para a estrutura do Estado e dela de volta aos setores produtivo, comercial e, sobretudo, financeiro (cf. CASTRO, 2018).

O processo até aqui considerado, de gênese e desenvolvimento (embora existam outros elementos importantes envolvidos nos desdobramentos posteriores durante o século XX), revela que a realidade objetiva não permite a confusão entre a alteração das personificações e de suas funções com o surgimento de uma nova classe, como sustenta a “doutrina gerencialista”, como denominada criticamente por Zeitlin (1989). A função do capital pode ser repartida entre frações do trabalhador coletivo e do capitalista coletivo sem que, com isso, forme-se uma nova classe fundamental ao lado do capital e do trabalho como categorias econômicas essenciais do modo de produção capitalista⁴. Claro que, no caso, temos em mente o desenvolvimento do capitalista coletivo e certa especialização de suas frações, umas mais ativas do que outras no processo de produção, circulação e apropriação.

Por isso, é possível determinar concretamente os *gestores do capital* como fração do capitalista coletivo (acionistas são outra fração importante) e que ocupa as posições na produção e na realização do valor (grande capital produtivo, bancos e empresas de ativos financeiros, fundos de pensão, grandes firmas ligadas à distribuição de mercadorias e setores dominados por *Big Techs*). Conforme Quadro 2, tais gestores se encarregam das decisões que frequentemente são chamadas “estratégicas”, “de longo prazo”, na linguagem gerencial, em suma, decisões que Mandel (1982) identificou corretamente como associadas à “reprodução do capital”, enquanto as decisões “táticas e operacionais”, no mesmo léxico, podem ser delegadas ao trabalhador coletivo (cf. CHANDLER, 1998, para uma explicitação intuitiva dessa divisão no modelo multidivisional).

Quadro 2: Níveis gerenciais, divisão do trabalho e processo decisório

⁴É importante salientar tal distinção, pois, enquanto o surgimento de uma nova classe denotaria uma grande transformação na lógica constituinte do modo de produção capitalista – ou até mesmo a possibilidade de estarmos caminhando rumo a um novo modo de produção, como querem Duménil e Lévy (2018) –, as alterações aqui identificadas indicam, na contramão disso, o amadurecimento e a complexificação de tal lógica, uma vez que na relação com importantes descontinuidades revelam-se continuidades tão importantes quanto, a exemplo da produção de mercadorias e de sua generalização.

Divisão de atribuições na linguagem gerencial	Natureza das decisões	Divisão do trabalho
Nível estratégico	Reprodução do capital	Gestores do capital
Nível tático	Questões de rotina	Gestores do trabalho
Nível operacional		

Fonte: elaborado pelos autores.

É preciso acrescentar que as decisões também envolvem a função de apropriação antes aludida. Tanto a produção do capital quanto a apropriação estão conjugadas nas decisões que os gestores dos capitais produtivo, comercial e financeiro se veem rotineiramente envolvidos como personificações do próprio capital. Assim, trata-se de alternativas postas nos limites de possibilidades da categoria econômica *capital* em que as suas personificações atuam em direção à maior extração de mais-valor e apropriação desse valor nos pontos da reprodução global. Esse é o fundamento por baixo da caça aos lucros produtivos, comerciais e financeiros.

Como dito, tais gestores ganham alguma autonomia e flexibilidade por não estarem diretamente ligados às propriedades envolvidas (como máquinas, meios de trabalho, prédios etc., levando-se em conta as especificidades das formas do capital). Assim, eles rotacionam para a estrutura do Estado e afetam decisões importantes sem deixar de ser uma espécie de “vanguarda dos proprietários”, “em razão das posições estratégicas que ocupam, eles funcionam como guardiões e porta-vozes para toda a propriedade em larga escala” (BARAN; SWEEZY, 1966, p. 34-5).

É possível recuperar aqui, à guisa de exemplificação da fundamentação da propositura, elementos da literatura que apreenderam a posição estratégica desses gestores sem necessariamente recorrer à consideração de se tratar de uma nova classe social, ou classe dominante, ou ainda novo modo de produção – como preferiu Bresser-Pereira (2014) ao denominar um alternativo “modo de produção tecnocrático” que, não obstante, continua baseado na produção generalizada de mercadorias. São adições que têm mais os gestores do capital produtivo como corte analítico do que os gestores das demais formas do capital. No entanto, servem de apoio, pois supomos que grande parte das considerações possam ser estendidas aos gestores do capital comercial e financeiro sem grandes dificuldades. Essa

consideração não elimina em absoluto uma discussão mais aproximada das especificidades dessas funções, dos problemas práticos que enfrentam, do ideário que se forma, dos contornos das decisões envolvidas na diferenciação entre produção e apropriação do valor, além de outras questões importantes⁵.

Nessa direção, Mandel (1968) explicitou aspectos frente aos quais dificilmente se sustenta uma separação dos gestores em terceira classe. Para o autor, a questão decisiva é que os gestores do capital não formam qualquer tipo de bloco de oposição prática aos interesses do capital. De fato, a suposição, que frequenta as correntes antes aludidas tangentes à teoria dos gestores como classe à parte, da existência de uma certa indiferença dos gestores aos lucros uma vez que se orientariam mais por suas rendas (e.g. BRESSER-PEREIRA, 1977; GALBRAITH, 1984), precisa exagerar uma diferenciação que na realidade não existe. A notação importante é que os mais altos gestores do capital são, igualmente, componentes dos proprietários. Essa posição, inclusive, é reforçada por laços matrimoniais. Entretanto, Mandel (1968, p. 540) sugeriu que os mais altos quadros são ocupados por operadores cuja origem é, de partida, os próprios estratos mais altos dos proprietários do capital.

Zeitlin (1989) possui dados empíricos de envergadura a respeito do assunto. A partir da análise da realidade estadunidense⁶, confirma a ilação de Mandel, concluindo em relação ao mesmo tipo de vínculo social que garante as ligações de classe. Explicou o autor que:

Os chefes das maiores corporações são os principais funcionários do capital. Eles ocupam os postos de comando nas unidades decisivas de produção do país; e suas carreiras, interesses e compromissos estão intimamente ligados à expansão do capital corporativo. Embora não seja [necessariamente] um dos principais acionistas das corporações que dirigem, muitos são; e a maioria possui carteiras significativas de

⁵ À guisa de exemplificação, Chesnais (2005) sugere que gestores do setor produtivo nutrem uma visão de longo prazo enquanto os do setor financeiro, orientados mais diretamente pela maximização do valor ao acionista, são orientados por visão de curtíssimo prazo.

⁶ Certamente a referência aos Estados Unidos deve ser sopesada aos contextos nacionais específicos. Entretanto, é decisiva a compressão do que se passou naquele país, considerado ainda hoje o melhor representante da dinâmica econômica do capitalismo. Elementos de referência aos anos de 1990 confirmam esses aspectos sociológicos (DOMHOFF, 2006), embora a atualização seja importante. Nesse sentido, tais aspectos possuem caráter apenas indicativo.

ações cujo valor absoluto combinado não apenas constitui uma fonte primária de sua renda, mas também os coloca entre os maiores proprietários de capital da população. Normalmente, seja qual for o país em questão, eles se movem no mesmo meio social mais ou menos íntimo que os principais proprietários do capital. Uma variedade de instituições específicas, de bailes de debutantes a clubes sociais selecionados, resorts de verão e retiros de inverno, diversas estâncias, bem como escolas e faculdades “adequadas” (fraternidades, irmandades e “grupos de convivência”), garantem suas famílias mistura e compatibilidade psicológica e senso de solidariedade social – e, portanto, propensão diferencial para casamentos mistos. As famílias dos oficiais, diretores e principais proprietários de capital nas maiores corporações, portanto, são provavelmente integradas tanto por laços sociais íntimos quanto por um padrão complexo de relações de parentesco entrelaçadas na mesma classe social. (ZEITLIN, 1989, p. 78).

Ainda mais significativo do que os laços de classe e que impedem uma determinação separada do que denominamos de gestores do capital, é a determinação de que aqueles que dirigem as grandes corporações são também os principais “funcionários do capital”. Sobre eles igualmente recai o imperativo da acumulação e reprodução do capital e, portanto, da efetivação da função do capital que essa fração dos proprietários exerce. Como explicou Zeitlin, a partir da rigorosa coleção de dados:

(...) mesmo se os “gestores” sozinhos tivessem o controle total de todas as corporações, eles ainda teriam que tentar extrair os maiores lucros possíveis dos trabalhadores e obter o máximo dos investimentos da empresa. A conduta da gestão é moldada acima de tudo pelos imperativos da acumulação de capital - a luta competitiva entre os gigantes (agora globais em vez de nacionais), os tipos de investimentos que fazem e os mercados que penetram além das relações que mantêm com seus trabalhadores. A alta renda gerencial e o status dependem, direta e indiretamente, de altos lucros corporativos. “Ações opcionais”, bônus e outras formas de “remuneração” de executivos, além de salários, estão intimamente ligados às taxas de lucro corporativo. Quaisquer que sejam suas chamadas motivações profissionais ou impulsos de poder, sua equipe tecnocrática e mentalidade burocrática, as decisões dos gestores sobre como organizar a produção e as vendas devem ser medidas em relação ao resultado final: eles não ousam colocar em risco a lucratividade corporativa. (ZEITLIN, 1989, p. 160).

Essa posição contraria a chamada “doutrina gerencialista” uma vez que esta sustenta que os gestores do capital seriam menos suscetíveis à caçada dos lucros (ZEITELIN, 1989). Mas vimos antes que, uma vez no interior da categoria econômica do capital, as alternativas se estreitam diante da compulsão econômica envolvida. Diante disso, a afirmação contida na passagem anterior, segundo a qual a própria conduta é moldada fundamentalmente pelos imperativos da acumulação do capital, auxilia no reconhecimento de que outros compromissos declaratórios registrados por grandes corporações e seus gestores estão tendencialmente subordinados a tais imperativos.

É possível adicionar uma análise que reforça as questões sugeridas até o momento. Com o desenvolvimento do grande capital no século XX, sobretudo no pós-guerra, produz-se efeitos sobre as modalidades de organização e administração econômicas. Disso resultou que uma “divisão do trabalho muito mais tecnicizada substituiu agora a velha hierarquia fabril”, segundo Mandel (1982, p. 171). Ainda de acordo com o autor, essa mutação deu “origem à ilusão de que a burocratização da *administração* de uma empresa é equivalente a uma burocratização efetiva da *função do capital* – em outras palavras, a uma delegação cada vez maior do controle sobre os meios de produção para um exército crescente de gerentes, diretores, engenheiros e ‘chefes’, grandes e pequenos”. Ocorre que, no entanto, a “realidade absolutamente não corresponde a essa aparência”. Assim, explicou Mandel que

A profunda tecnicidade e racionalização da administração de empresas e companhias representa uma unidade dialética de dois processos opostos – por um lado a *delegação* crescente do poder de decisão sobre questões de minúcia, e por outro lado a *concentração* crescente do poder de decisão sobre questões cruciais para a expansão do capital. Técnica e organizacionalmente, isso se exprime pela corporação “multidivisional” e pela compulsão a subordinar, ainda mais rigorosamente do que antes, a delegação de autoridade às considerações sobre a lucratividade global da empresa. A tendência para a direção do “processo imediato de produção” ser tecnicamente separada do processo de acumulação de capital, uma tendência que se manifestou pela primeira vez com o aparecimento das sociedades por ações [século XIX] (...) alcança larga difusão na época do capitalismo tardio (...) [1950 em diante]. A unidade entre a delegação de poder para decidir minúcias e a concentração de poder para decidir questões concernentes à valorização do capital forma assim uma unidade

de opostos, na qual a relação definidora do capital, isto é, a possibilidade de dispor dos maiores montantes de capital, constitui o árbitro final. O erro dos que sustentam a tese da “burocratização” das grandes empresas ou o predomínio da “tecnoestrutura” prende-se ao fato de confundirem a articulação técnica do exercício do poder com seu fundamento econômico – a fonte efetiva desse poder (MANDEL, 1982, p. 171-172, grifos no original).

Esse aspecto da unidade entre delegação de poder para questões tático-operacionais e concentração de poder para resolução de problemas da ordem da valorização do capital não expressa outra coisa senão a continuidade de tendência já entrevista no século XIX. Tendo início anterior e aprofundamento ao longo do século seguinte, o desenvolvimento das grandes corporações se expressa também na rearticulação entre aspectos técnicos da imediatividade da produção e aspectos envolvidos na questão da acumulação e da reprodução do capital. A chamada “doutrina gerencialista” encontra nesse ponto um de seus pontos cegos mais graves.

As importantes transformações apresentadas pelas corporações nos seus modelos multidivisionais entre os anos de 1980 e 1990 não parecem ter modificado os fundamentos do diagnóstico realizado por Mandel na passagem acima. A literatura ocupada com tais transformações contém elementos interessantes a despeito do fato de não mobilizar a categoria *gestores econômicos do capital* como realizado no presente ensaio. Assim, como sugeriu Harrison (citado em ARRIGHI, BARR, HISAEDA, 1999, p. 148) nos anos de 1990 sobre a configuração em rede para alcance de “flexibilidade”, “[m]ais do que desaparecer, o poder econômico está mudando sua forma na medida em que as grandes empresas criam todo tipo de alianças, acordos financeiros e tecnológicos de curto e longo prazos” com governos e pequenas firmas subcontratadas. O autor, completou ao sublinhar que os “gestores primeiramente dividem os empregos entre permanentes (“centrais”) e contingentes (“periféricos”). O tamanho do centro é então reduzido ao máximo (...). Essas atividades (...) estão localizadas tanto quanto possível em diferentes partes da companhia ou rede, mesmo em diferentes localidades geográficas” (p. 148).

Essa divisão das tarefas para o exercício da função do capital pode ser indiretamente reforçada por literatura ocupada com as mudanças estruturais das grandes empresas em que

os gestores econômicos do capital, como os delimitamos neste ensaio, produzem grandes impactos na dinâmica das firmas ao estabelecerem “ligações ricas de informação entre as unidades” (WILLIAMS, 2008, p. 49) de negócio, isto é, uma atividade de coordenação que decorre das necessidades de reprodução do grande capital. Mesmo a configuração geral das corporações em vastas “cadeias globais de valor” – a antiga e conhecida divisão internacional do trabalho, porém, sob novas vestes conceituais – não alterou a divisão do trabalho que estamos sublinhando, pois, embora a forma seja alterada e incorra em alianças, novas tecnologias de integração e decisões igualmente complexas por parte de seus gestores, todos estes fatores respondem aos imperativos de reprodução do grande capital ainda que isso não seja diretamente explicitado pela literatura dedicada (e.g GEREFFI; FERNANDEZ-STARK, 2011; ANTRÀS; CHOR, 2013; MCWILLIAM et al., 2020). É este fundamento que não é alterado.

Essas considerações reforçam os riscos da confusão que se deve evitar a todo custo, entre divisão do trabalho desenvolvida para o cumprimento da função do capital com o surgimento de uma nova classe ao lado de capital e trabalho. Não é que essa divisão do trabalho não tenha efeitos importantes, mas segue persistente o fundamento econômico da produção capitalista que não descola os gestores do capital do imperativo daquilo que personificam. Fornece também o quadro geral para o que procuramos apontar: a divisão das atividades provenientes da função do capital entre capitalista e trabalhador coletivos, de tal modo que os gestores do capital formam uma fração da classe dos proprietários e cujas respostas à dinâmica econômica são da maior importância dada as posições estratégicas que ocupam na produção, na realização e na apropriação dessa mesma dinâmica com efeitos variados. Isso ganha ainda maior contorno objetivo quando distinguimos os gestores dos capitais produtivo, financeiro e comercial. Como visto na seção anterior, uma vez que tais formas cumprem funções distintas na reprodução global do capital, assim também seus gestores atuam diferenciadamente na caça ao lucro que impele tais personificações da categoria econômica em tela.

Com efeito, superamos as dificuldades identificadas nas abordagens mais visitadas, tanto na economia das organizações quanto na chamada teoria dos gestores. Por um lado, ultrapassamos os níveis mais epidérmicos para apontar o movimento do capital e de suas formas particulares como condição dos gestores econômicos e, portanto, sublinhar o fator

explicativo de seu desenvolvimento. No conjunto também se explicitam os elementos de funcionalidade dos gestores econômicos. Por fim, o quadro geral possibilita o entendimento dos gestores como fração ativa, senão a vanguarda da classe dos capitalistas e não uma nova classe social à parte do capital e do trabalho como categorias econômicas fundamentais. E isso, de modo algum, diminui o peso que as posições dos gestores, no comando do grande capital, possuem nos rumos econômicos e políticos da sociedade global. Antes, o contrário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal do presente ensaio foi apresentar elementos ligados à função e gênese dos gestores econômicos do capital. Abordamos a questão pela crítica da economia política desdobrada como crítica da economia política das organizações que habilita a ultrapassagem dos momentos mais epidérmicos e a consideração sobre a natureza e a funcionalidade dos gestores econômicos como fração da classe capitalista a partir da dinâmica e das formas do capital.

Ao realizar a análise tangente aos aspectos de gênese desses gestores e de suas funcionalidades a partir do desenvolvimento das formas do capital (produtivo, comercial e financeiro), observamos que esta é a condição geral que os demarca como fração especial da classe dos proprietários, porquanto se dedicam, em suas atividades, aos processos de produção, extração e apropriação do mais-valor em diferentes momentos da reprodução global do capital. E esta condição geral se mostra mais fundamental do que as transformações da forma de organização do grande capital (divisional, rede, cadeias globais) por mais importantes que sejam.

Ressaltamos que a atuação dos gestores econômicos do capital pode assumir diferentes contornos uma vez que é condicionada pelas mudanças nas condições gerais de acumulação de capital como palco para a caçada aos lucros. Dessa forma, a interação entre os diferentes gestores econômicos do capital não acontece de forma livre de conflitos e contradições. Qualquer estudo, inclusive do comportamento político desses gestores, deve necessariamente levar isso em consideração.

É, entretanto, fundamental destacar que os gestores do capital respondem a condições que não necessariamente foram criadas por eles, ou, em muitos casos, são incapazes de antecipar os efeitos de suas próprias ações. Portanto, a própria contradição do sistema que se manifesta no conflito intra e inter fases do processo global de metamorfose do capital são respostas dos gestores econômicos circunscritos a essa divisão especial do trabalho. Tal divisão reflete a dinâmica própria da reprodução e apropriação da riqueza por capitais diferenciados no interior da qual são erguidos obstáculos pela própria lógica do capital: superacumulação de capital e queda da taxa média de lucro (cf. MARX, 2017; CHOONARA, 2018; KLIMAN, 2011; ROBERTS, 2016, entre outros).

As indicações presentes no ensaio de modo algum eliminam a necessidade de pesquisa concreta. Ao contrário, o grau abstrato em que consideramos o problema é também necessário ao escopo ensaístico que marca o presente texto, visando estimular a continuidade de pesquisas que se somem aos esforços já realizados. Nosso objetivo teve, por isso, um caráter mais geral, colecionando os elementos decisivos para a determinação material a partir da função e da gênese dos gestores econômicos do capital e as diferentes modalidades em razão das formas do capital que personificam. Por isso, são bem-vindas pesquisas históricas e empíricas a respeito dos gestores econômicos do capital.

O caráter mais geral também obrigou a debater a “doutrina gerencialista” e as teorias da economia das organizações de maneira lateral, exigindo uma retomada dedicada dessas tendências. Uma sugestão de caminho está no enfrentamento de Alfred Chandler (1977) uma vez que, em seu livro a respeito da “mão visível” supostamente encarnada pelos gestores, combina a teoria dos gestores como classe social com fundamentação na teoria dos custos de transação para a qual a separação entre gestão e propriedade ocupa igualmente lugar central.

Outra sugestão que parece contributiva reflete-se na investigação das condições histórico-concretas para o desenvolvimento da “doutrina gerencialista” como forma de consciência. Tratar-se-ia de sua constituição enquanto ideologia, envolvendo, portanto, o estudo de seus efeitos sobre a realidade social.

Ainda há espaço para desenvolver pesquisa em direção aos “gestores políticos” do capital como sendo aqueles que atuam na posição de vantagem do Estado. Esse desenvolvimento deve se dar em diálogo com os debates, realizados principalmente no Brasil, a respeito da administração política, como categoria que procura expressar as modalidades pelas quais o Estado procura gerenciar o processo de acumulação do capital (PAÇO CUNHA, 2019).

Dessa forma, um número considerável de investigações pode ser realizado a partir dessas indicações fundamentais, incluindo a atuação política que tem ensejo pelos estágios da dinâmica econômica brasileira, como sugeriram Marquetti et al. (2020), e sua interação com os gestores do capital (cf. JORGE, 2020), tanto os gestores econômicos quanto os políticos.

REFERÊNCIAS

- ANTRÀS, P; CHOR, D. Organizing the global value chain. *Econometrica*, 81(6), 2013, pp. 2127-2204.
- ARRIGHTI, G; BARR, K; HISAEDA, S. The transformation of business enterprise. In: ARRIGHI, G; SILVER, B. J. **Chaos and governance in the modern world system**. University of Minnesota Press, 1999.
- BAHRO, R. **A alternativa**: para uma crítica do socialismo real. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BARAN, . A; SWEEZY, P. M. **Monopoly capital**. Monthly Review Press, 1966.
- BARNEY, J. B; HESTERLY, W. Organizational economics: understanding the relationship between organizations and economic analysis. In: CLEGG, S; HARDY, C; NORD, W. Handbook of organization studies. London: Sage, 1996.
- BELLUZZO, L. G. D. M.; LIMA, L. A. O. O capitalismo e os limites da burocracia. **Temas de Ciências Humanas**, 3, 1978.
- BERLE, A. A; MEANS, G. C. **A moderna sociedade anônima e a propriedade privada**. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

- BERNARDO, J. Gestores, Estado e Capitalismo de Estado. **Revista Ensaio**, 14, 1985.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Estado e subdesenvolvimento industrializado**. São Paulo: Braziliense, 1977.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Capital e organização no capitalismo tecnoburocrático. **Tempo Social**, v. 26, no. 2, p. 165-185, 2014.
- BURNHAM, J. **The managerial revolution**: what is happening in the world. John Day Company, 1941.
- CASTRO, V. S. Rotação dos Gestores do Capital na Alternância Política no Brasil (1995-2018). In: **EnANPAD**, 2018. EnANPAD, 2018.
- CHANDLER, A. Desenvolvimento, diversificação e descentralização. In: **Ensaio para uma teoria histórica da grande empresa**. Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- CHANDLER, A. **The visible hand**. Harvard University Press, 1977.
- CHASIN, J. **Marx**: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: Chesnais, F. (Org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CHESNAIS, F. (2016). **Finance capital today**: corporations and banks in the lasting global slump. Brill.
- CHOONARA, J. The political economy of a long depression. *International Socialism*, n. 158, 2018. Disponível em: <http://isj.org.uk/the-political-economy-of-a-long-depression/>. Acesso em 20 de junho de 2018.
- CROMPTON, R.; GUBBAY, J. **Economy and class structure**. London: MacMillan, 1977.
- DE GRAAFF, N. China Inc. goes global. Transnational and national networks of China's globalizing business elite. **Review of International Political Economy**, v. 27, n. 2, p. 208-233, 3 mar. 2020.

- DRAPER, H. **Karl Marx's theory of revolution**. Vol. 1: State and bureaucracy. Delhi: Aakar Books, 2011.
- DOMHOFF, G. W. **Who rules America?** Power, politics, and social change. 5ª ed. University of California, 2006.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **Managerial capitalism**: ownership, management and the coming of new mode of production. London: Pluto Press, 2018.
- ENGELS, F. **Anti-Dühring**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- GALBRAITH, J. K. **O novo estado industrial**. São Paulo: Pioneira, 1983.
- GEREFFI, G; FERNANDEZ-STARK, K. Global value chain analysis: a primer. **Center on Globalization, Governance & Competitiveness** (CGGC), Duke University, 2011.
- GIANOTTI, J. A. Além do capitalismo? In: Bresser Pereira, Luiz Carlos. **A sociedade estatal e a tecnoburocracia**. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 166-170, 1981.
- GRUN, R. **A revolução dos gerentes brasileiros**. (Tese). Unicamp, 1990.
- GUEDES, L. T., & PAÇO CUNHA, E. Financiamento do capital fixo (1970-2012): dissolvendo o paradoxo aparente entre financeirização e autofinanciamento em contexto de queda da taxa de lucro. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 8, n. 1, p. 16-54, 2021.
- GURVITCH, G. **Industrialisation et technocratie**. Paris: Armand Colin, 1949.
- HILDERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HIRATA, H. Capitalismo de estado, burguesia de estado e modo de produção tecnoburocrático. **Revista Discurso**, n. 12, 1980.
- JORGE, T. M. **Gestores do capital e a crise econômica brasileira (2009-2018)**. 2019. 148 p. Dissertação (Mestrado) – UFJF/Programa de Pós-Graduação em Administração, Juiz de Fora, 2019.

JORGE, T. M. Ações e reações dos gestores do capital no Brasil (2004–2017). **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, 7(3), 327-373, 2020.

JUSTEN, A.; GURGEL, C. R. M; FERRAZ, D. L. da S; PAÇO CUNHA, E. Administração política: por uma agenda de pesquisa marxista. **Farol** - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, [S.l.], v. 4, n. 10, p. 664-760, out, 2017. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/4010>>. Acesso em: 13 maio 2018.

KAYA, Y.; MARTIN, N. D. Managers in the Global Economy: A Multilevel Analysis. **The Sociological Quarterly**, 57:2, 232-255, 2016. DOI: 10.1111/tsq.12111.

KLIMAN, A. **The failure of capitalist production**: Underlying Causes of the Great Recession. Pluto Press, 2011.

LAPAVITSAS, C. **El capital financiarizado**: expansión y crisis. Tradução de Diego Guerrero. 1. ed. Madri: Maia Ediciones, 2009.

MACH, A.; DAVID, T.; GINALSKI, S.; BÜHLMANN, F. From quiet to noisy politics: transformations of Swiss business elites' power. **Politics & Society**, v. 49, n. 1, p. 17–41, 8 fev. 2021.

MAHONEY, J. T. **Economic foundations of strategy**. California: SAGE publications, 2005.

MANDEL, E. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANDEL, E. **Marxist economic theory**. V. 2. New York: Monthly Review Press, 1968.

MARIZ, L. A. da C. A gestão dual da produção capitalista e sua evolução: variações na relevância do gerente. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 8, n. 1, p. 16-54, 2022. <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/451>

MARQUETTI, A. A; HOFF, C; MIEBACH, A. Profitability and distribution: the origin of the Brazilian economic and political crisis. **Latin American Perspectives**. 47(1), p. 115-133, 2020. doi:10.1177/0094582X19887751

MARTINS, C. E. Tecnocracia como modo de produção. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 13, n. 3, jul-set, 1973.

- MARTINS, C. E. Tecocracia e burocracia. **Estudos Cebrap** 2, p. 119-146, 1972.
- MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MARX, K. A renda (revenue) e suas fontes. In: **Teorias da mais-valia**. Tomo III. São Paulo: Diefel, 1980-1985.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K. **Marx's economic manuscript of 1864-1865**. Boston: Brill, 2016.
- MARX, K. **O Capital**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **O Capital**. Livro 2. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, K. **O Capital**. Livro 3. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MASON, E. S. The Apologetics of "Managerialism". **The Journal of Business**, 31(1), 1-11, 1958.
- MCWILLIAM, S. E.; KIM, J. K.; MUDAMBI, R.; NIELSEN, B. B. Global value chain governance: Intersections with international business. **Journal of World Business**, Volume 55, Issue 4, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2020.101067>.
- MEES-BUSS, J.; WELCH, C. Managerial ideologies dividing the corporate elite: a process study of the rise and fall of a counter-ideology. **Organization Studies**, 40(4), 563-592, 2019.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOTTA, F. C. P. **Teoria das organizações**: evolução e crítica (2a ed). São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.
- PAÇO CUNHA, E. Ensino da administração política e consciência de classe. **Revista Brasileira de Administração Política**, 9(2), 33, 2016.
<https://periodicos.ufba.br/index.php/rebap/article/view/24549>

PAÇO CUNHA, E. Contraditoriedade da Relação Social de Produção Especificamente Capitalista em Marx. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, 3(1), 2017. <https://doi.org/10.21583/2447-4851.rbeo.2016.v3n1.62>

PAÇO CUNHA, E. Individualidade moderna como particularidade. **Trabalho, Educação e Saúde**, 16(1), 15-38. Epub 11 de dezembro de 2017, 2018a.

PAÇO CUNHA, E. Ontogênese e formas particulares da função de direção: introdução aos fundamentos históricos para a crítica marxista da administração. In: PAÇO CUNHA, E.; FERRAZ, D. L. da S. (Org.). **Crítica Marxista da Administração**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rizoma, 2018b.

PAÇO CUNHA, E; JORGE, T. M. Personificações do capital e longa depressão nos Estados Unidos: contribuições de Robert Brenner para o estudo dos gestores do capital no contexto de crise. In: **Enanpad**, 2018, Curitiba. Enanpad, 2018.

PAÇO CUNHA, E. Centralidade da gestão e os limites da razão política: as contradições sociais como objeto real da gestão do Estado. **REAd – Revista Eletrônica de Administração**, v. 5, n. 2., 2019.

PFEFFER, J. **Organizations and organization theory**. London: Pitman, 1982.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. São Paulo: Editora Intrínseca, 2014.

RATHENAU, W. **Days to come**. London: G. Allen & Unwin, 1921.

RIZZI, B. **A burocratização do mundo**. Lisboa: Antígona, 1983.

ROBERTS, M. **The long depression**. Chicago: Haymarket Books, 2016.

SIMON, H. A Behavioral Model of Rational Choice. **The Quarterly Journal of Economics**, 69(1), p. 99-118, 1955. <http://www.jstor.org/stable/1884852>

SOARES, Fabrício Pereira. Os debates sobre a educação financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica, desigualdade e exclusão financeira. 2017. 302 f. **Tese** (Doutorado) – PUC-Rio/Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2017.

SWEEZY, P. M. **Modern capitalism and other essays**. New York: New York University Press, 1972.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ática, 1974.

VASUDEVAN, R. The Rise of the Global Corporation and the Polarization of the Managerial Class in the US. **Review of Political Economy**, 29:4, p. 539-565, 2018.

VEBLEN, T. **Teoria da empresa industrial**. Porto Alegre: Globo, 1966.

WILLIAMS, C. Comparing evolutionary and contingency theory approaches to organizational structure. In: BURTON, R. M.; ERIKSEN, B. H.; HÅKONSSON, D. D.; KNUDSEN, T.; SNOW, C.C. (ed.). **Designing Organizations**. Boston: Springer, pp. 41-56, 2008.

WRIGHT MILLS, C. **Poder e política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

WRIGHT MILLS, C. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

ZEITLIN, M. **The large corporation and contemporary classes**. New Jersey: Rutgers University Press, 1989.

Submetido em 02/02/2022
Aprovado em 23/03/2022